

Tendências da produção agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais - 1870/1930.*

*Anderson Pires***

Abstract

In the period under analysis, the Zona da Mata was the principal region of coffee production in the state. Its increasing output withstood the impact of Abolition and the overproduction crisis of the early twentieth century. Conditions were relatively favorable thanks to the availability of land in comparison with the coffee zone of Rio de Janeiro, the region with which the Mata is consistently identified in the historiography on this subject.

Key Words: Agricultural export economy; Economic History; Zona da Mata of Minas Gerais.

Resumo

No período analisado, a Zona da Mata se constituiu como a principal região produtora de café do estado. Sua produção apresentou um comportamento ascendente, superando o impacto provocado pela Abolição e pela Crise dos Preços do café do início do século XX. As condições de produção foram relativamente favoráveis (terras disponíveis), permitindo uma diferenciação básica entre esta região e o núcleo agroexportador do Rio de Janeiro, com o qual vem sendo insistentemente identificada por parte da historiografia.

Palavras-chave: Economia agroexportadora – História Econômica - Zona da Mata de Minas Gerais

A produção historiográfica relativa à Zona da Mata de Minas Gerais tem se debruçado, direta ou indiretamente, sobre a evolução da economia agroexportadora que se desenvolveu na região entre

* Este artigo é uma versão com poucas modificações de um capítulo da dissertação de mestrado intitulada "Capital Agrário. Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1930", defendida na Universidade Federal Fluminense em julho de 1993. Agradeço ao Prof. Ignácio Delgado pelo apoio e estímulo para a publicação deste trabalho.

** Mestre em História pela UFF e professor de História Econômica na UFJF.

meados do século XIX e início do século XX. De uma maneira geral, tal historiografia tem se esforçado em ressaltar os aspectos específicos que caracterizaram esta economia frente aos principais núcleos de produção agroexportadores que se desenvolveram no país no mesmo período -notadamente aquele referente a São Paulo. Entre tais aspectos, um dos mais significativos estaria no fato da economia agroexportadora identificada com a Mata mineira ter entrado em um processo de crise irreversível, determinada pelo esgotamento dos solos, já a partir da abolição da escravidão ou, no mais tardar, a partir da crise dos preços do café que marca o início do século XX. Esta situação, além de ter provocado uma homogeneização nas tendências da produção da Zona da Mata em relação aquelas referentes ao núcleo agroexportador do Rio de Janeiro, teria determinado os limites básicos no interior dos quais ocorreu o processo de transição capitalista que se verificou na região a partir do final do século XIX.

Dessa forma, a economia agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais teria como uma de suas características básicas, no conjunto do período aqui considerado, a fragilidade do processo de acumulação do capital cafeeiro que, dada a sua posição central numa economia de natureza agroexportadora, teria limitado a capacidade de diversificação setorial da economia regional principalmente no que se refere ao seu universo urbano-industrial, um dos mais representativos da expansão capitalista que então se verificava¹.

O trabalho que ora se apresenta mantém uma linha distinta de argumentação. Nele procuramos evidenciar que a economia agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais manteve condições de reprodução econômica -determinadas pela existência de matas virgens no interior das unidades produtivas, aspecto até então desconsiderado pela historiografia aqui em questão- até pelo menos a década de 1920, o que permitiu a ocorrência do processo de acumulação do capital cafeeiro e assegurou a sua hegemonia na determinação da dinâmica interna da estrutura econômica identificada com a região.

Sendo assim este trabalho se divide em duas partes. Inicialmente a análise se voltou para uma caracterização geral do comportamento da produção referente ao conjunto do estado de Minas Gerais, visando não só verificar o impacto provocado pela abolição da escravidão e pela crise dos preços do café de 1898/1910, como também realizar uma análise comparativa das tendências da produção de Minas Gerais frente aquelas que caracterizaram os núcleos de produção agroexportadores mais importantes do país no período.

¹ Ver principalmente o trabalho de LIMA, J.H. *Café e Indústria em Minas Gerais*. Vozes, Petrópolis, 1981.

do. Posteriormente, a análise tomou como objeto a distribuição regional da produção no interior do próprio estado de Minas, com atenção especial para a participação relativa da Zona da Mata e sua evolução no conjunto do período aqui considerado.

O Café em Minas Gerais

O café penetra em Minas Gerais pela zona da Mata, onde a cultura se desenvolveu inicialmente nos vales dos rios Pomba e Paraibuna; mais tarde, sob influência da expansão no vale do Paraíba paulista, atinge o sul de Minas e, já bem adentrado o século XIX, a cultura se expande no nordeste (vales dos rios Doce e Mucuri) e sudeste do estado². Já na primeira metade do século XIX a produção, apesar de poder ser considerada muito incipiente - principalmente se compararmos com outras regiões produtoras, como veremos com mais detalhes adiante - passa por um evidente processo de expansão. A primeira referência estatística relativa à produção de café em Minas Gerais foi fornecida por *Eschwege*, para o ano de 1818/19 quando Minas produziu 9.739 arrobas, das quais 9.259 com procedência da zona da Mata. A partir daí a produção atinge 81.400 arrobas, o que representa uma produção 735% superior ao do período anterior; em 1839/40 a produção chegou a 243.473 arrobas, representando, por sua vez, uma elevação de 370%, sempre em relação ao período anterior³. Em grande parte esta expansão produtiva da cafeicultura em Minas Gerais é resultado da elevação dos preços do produto, no início do século XIX, que garantiu uma grande lucratividade à produção, aliada à oferta de terras e de recursos disponíveis pela decadência da economia aurífera. Em outras palavras, no contexto do início do século XIX, dada a conjuntura favorável dos preços e, portanto, dos lucros, a cafeicultura se colocava

2 Sobre a penetração do café em Minas Gerais ver: CARVALHO, D. "O Café em Minas Gerais" IN *O Café no Segundo Centenário de sua Introdução no Brasil*. Departamento Nacional do Café. RJ. 1934, vol. 2, pp. 578-583; "O Café, em Minas, como Agente de Riqueza, como fator Demográfico, como Centro de Evolução Política, como base outras Lavouras e do Surto Industrial e Pastoril" IN id., vol. 2, pp. 583-9; SILVESTRE, H. "A Colonização Mineira nos Grandes Latifúndios de Café no Estado do Rio de Janeiro". IN ib., vol. 2, pp. 589-91; MAGALHÃES, H. "Subsídios para a História do Café em Minas Gerais". IN ib., vol. 2, pp. 618-35; "Desenvolvimento ou Decadência dos Cafezais conforme as Zonas, em Minas". IN ib., vol. 2, pp. 652-5; TAUNAY, A.E. *História do Café no Brasil*. Departamento nacional do café. Rio de Janeiro, 1939, vol. 2, cap. XLII e XLIII, vol. 3, cap. XXIII e XXIV; GIROLETTI, D. *A Industrialização de Juiz de Fora*. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 10 (3): 144-202, 1980; VALVERDE, O. *O Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 20 (1): 3-82, jan.-mar. 1958. LANA, A.L. *A Transformação do Trabalho: A passagem para o Trabalho Livre em Minas Gerais - 1870/1920*. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1985.

3 GIROLETTI, D. Op. cit.

como a atividade econômica mais atrativa para a aplicação dos recursos originados no ciclo do ouro. A eleição da área "sul" da zona da Mata (Matias Barbosa, Juiz de Fora, Mar de Espanha, Além Paraíba, etc.) era natural neste momento, dada a proximidade desta área relativamente à província do Rio, o que lhe assegurava uma posição estratégica para o fluxo de comercialização da produção - fator importante se tivermos em mente as dificuldades de transporte no período - além, é claro, de oferecer, como toda a zona da Mata, condições naturais bastante favoráveis para o cultivo do café.

Interessa mais de perto a esta análise, no entanto, a verificação do comportamento da produção do estado de Minas Gerais na segunda metade do século XIX e no início do século XX. Pudemos dispor de médias quinquenais da produção mineira de café no período que se estende de 1850 a 1924 (tabela 1 - gráfico 1), dados que garantem, com margem de segurança razoável, a verificação do comportamento da produção mineira no período.

Tabela 1
Média Quinquenal da Produção de Café
Minas Gerais
1850/1924
(em arrobas)

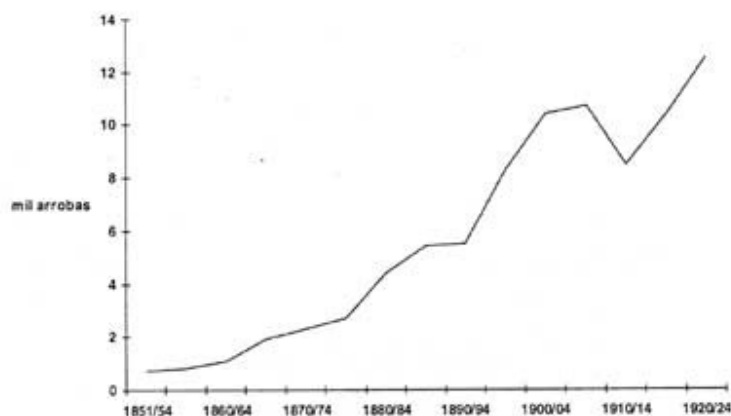
Quinquênio	Produção de Café	Índice
1851/54	711.732	100,0
1855/59	809.780	144,0
1860/64	1.150.152	161,5
1865/69	1.973.591	277,0
1870/74	2.313.954	325,0
1875/79	2.797.420	393,0
1880/84	4.444.583	624,0
1885/89	5.477.724	769,6
1890/94	5.583.195	784,0
1895/99	8.399.271	1.180,0
1900/04	10.492.749	1.474,0
1905/09	10.791.373	1.516,0
1910/14	8.529.278	1.198,0
1915/19	10.412.385	1.463,0
1920/24	12.519.504	1.759,0

FONTE: Alvim, A. "Confrontos e Deduções" IN: MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727/1927). Belo Horizonte. Imp. Oficial, 1929. pp. 73-105. apud GIROLETTI, D. "A Industrialização..." op. cit. p. 155.

OBS: Para 1855/59 "a média foi calculada em bases da produção de 4 anos por falta de dados para o ano de 1887, na relação do autor citado".

Duas observações importantes podem ser feitas em relação aos dados agrupados na tabela número 1. Em primeiro lugar, estes dados evidenciam uma nítida tendência de expansão da produção de café em Minas Gerais no correr de toda a segunda metade do século XIX e início do século XX. O crescimento da produção do início ao fim da série, ou seja, do quinquênio 1850/54 ao de 1920/24 é da ordem de 1.659%, passando das 711.732 arrobas no primeiro quinquênio para 12.519.504 arrobas no último, demonstrando a existência de um movimento ascendente da produção agroexportadora do estado de Minas Gerais no correr do período (ver gráfico 1).

Gráfico 1
Evolução da Produção de Café de Minas Gerais
Médias Quinquenais
1850/1924



Em segundo lugar, estes mesmos dados demonstram que, pelo menos no que diz respeito à distribuição quinquenal de produção, o movimento ascendente acima verificado ocorreu sem grandes flutuações, evidenciando um comportamento de expansão relativamente constante no período. Ou seja, o movimento de ascensão verificado ocorre sem grandes variações negativas, havendo apenas uma tendência à estagnação, com diminuição da expansão, entre os perío-

dos 1885/89 a 1890/94 (causado pelo impacto provocado pela abolição da escravidão) e 1900/04 a 1905/09 (provocado, por sua vez, pelo início da crise de preços de 1898/1910); só há registro de variação negativa na tabela 1 e no gráfico 1 entre os quinquênios 1905/09 e 1910/14, que pode ser considerada consequência da continuidade da crise dos preços do café acima referida. Como os dois últimos movimentos possuem, além da sequência cronológica, uma mesma origem -a crise de preços de 1898/1910- podem ser identificados como uma só flutuação (1900/04 a 1910/14), marcada inicialmente por uma desaceleração do crescimento da produção e, num momento posterior, pelo decréscimo desta em termos absolutos.

Teríamos, assim, em todo o período aqui delimitado, fundamentalmente duas "flutuações" na evolução da produção agroexportadora do estado de Minas Gerais: uma primeira, marcada apenas por uma desaceleração do crescimento da produção e que foi determinada pelo fim da escravidão, e uma segunda, mais aguda, já que implicou em queda da produção e possui uma duração bem mais longa, provocada pelo igualmente longo movimento descendente dos preços do café do início do século XX⁴. Ambos os movimentos merecem uma análise mais detida.

Tomando-se como referência fundamental o comportamento da produção, o impacto da abolição da escravidão sobre a estrutura agroexportadora de Minas Gerais não foi muito grande⁵. Apesar das unidades produtivas terem na mão de obra escrava um suporte fundamental e, principalmente, do plantel de escravos representar um em-pate significativo de capital (representando, em média, 50% do valor total da unidade⁶), a evolução da produção, agora representada anualmente (tabela 2), indica que a produção agroexportadora se recuperou rapidamente, atingindo em 1891 índices superiores aos que mantinha no período imediatamente anterior à abolição da escravidão.

4 Não se trata aqui, é claro, de determinar rigidamente todos os ciclos e flutuações experimentados pela economia agroexportadora local, mas, apenas registrar aquelas variações que, por sua extensão, constituem objetivo principal neste momento de análise.

5 Sobre a abolição da escravidão em Minas, em que pese significativas divergências na historiografia, ver: BLASENHEIM, P. "Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira (1870-1906)" IN *V Seminário de Estudos Mineiros*. UFMG/PROED, B.H., 1982; WIRTH, J. **O Fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira - 1889/1937**. São Paulo, Paz e Terra, 1982; LANA, A.L. Op. cit.; GIROLETTI, D. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit.; Id. **A Modernização Capitalista em Minas Gerais**. Tese de doutorado, Museu Nacional, Rio de Janeiro, UFRJ, 1987; CANO, W. "Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafecieras". IN: *Revista Estudos Econômicos*, IPE/USP, São Paulo, 15(2): 291-306 mai-ago, 1985. IGLÉSIAS, F. "A Agricultura em Minas na República Velha" IN id.; LIMA, J.H. **Café e Indústria em Minas Gerais**. Vozes, Petrópolis, 1981. PEDROSA, X. "Zona Silenciosa da Historiografia Mineira- A Zona da Mata". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9:189-230, 1962.

6 Ver Pires, A. op. cit. capítulo IV.

Tabela 2.
Exportação Mineira de Café
1888/1927

Ano	Quantidade		Preço Médio p/ Arroba		Valor Oficial	
	Mil Arrobas	Índice	Réis	Índice	Contos de Réis	Índice
1888	5.048	100	7\$491	100	40.198	100
1889	4.630	92	7\$710	103	38.185	95
1890	3.884	77	9\$292	124	40.894	102
1891	6.329	125	13\$222	177	87.059	217
1892	6.480	128	15\$523	207	101.969	254
1893	5.253	104	21\$309	284	90.029	224
1894	5.970	118	22\$374	299	118.938	296
1895	6.735	133	20\$212	270	143.351	357
1896	7.207	143	19\$438	259	153.737	282
1897	10.262	203	13\$888	185	137.758	343
1898	8.777	174	12\$562	188	106.038	281
1899	9.016	179	12\$051	161	119.489	297
1900	8.916	137	13\$225	177	87.958	119
1901	12.548	249	6\$525	114	97.612	243
1902	11.875	235	7\$553	101	83.361	207
1903	12.485	247	7\$508	100	77.892	193
1904	8.840	171	9\$547	127	80.350	200
1905	8.024	159	10\$717	143	58.238	145
1906	11.586	230	7\$284	97	88.336	170
1907	13.312	264	7\$232	97	61.251	152
1908	9.890	196	7\$273	97	51.922	128
1909	11.115	220	7\$908	106	70.243	175
1910	7.967	158	9\$911	132	60.020	149
1911	8.817	135	13\$469	180	78.212	195
1912	8.875	176	14\$452	193	111.828	278
1913	10.112	200	11\$526	154	103.138	257
1914	8.876	176	9\$754	130	88.211	170
1915	11.702	232	9\$092	121	105.808	263
1916	9.381	166	11\$297	151	90.058	224
1917	9.373	188	10\$377	139	84.355	210
1918	8.313	165	11\$863	158	76.881	189
1919	10.263	203	23\$652	316	189.808	472
1920	11.070	219	18\$676	249	166.218	413
1921	14.600	289	20\$598	275	240.894	599
1922	11.993	238	29\$674	398	269.816	671
1923	11.036	218	38\$720	490*	338.429	644
1924	13.896	275	51\$463	667	508.602	1.285
1925	11.422	228	53\$782	718	565.406	1.407
1926	12.111	240	44\$802	599	441.279	1.098
1927	14.604*	289				
1928	13.535*	268				
1929	15.908	315				

FONTE: ALVIM, Álvaro. "Confrontos e Deduções" IN: Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727-1927), B.H., Imprensa Oficial, 1929, pp. 80/66.

* Relatório do Secretário das Finanças de Minas Gerais em 1929.

OBS: O valor oficial da produção anotado na pauta de exportação para a cobrança de imposto varia de 60 a 75% do valor real.

Em parte esta recuperação se deve a uma conjuntura altamente favorável dos preços do café iniciada em 1891. A crise do encilhamento, com o processo inflacionário que implicou, provocou uma profunda depreciação cambial⁷ e elevou enormemente os preços internos do café. Entre 1888 e 1891 a elevação dos preços chega a aproximadamente 50%, passando de 7\$491 para 13\$222, uma elevação significativa para o curto espaço de tempo em que ocorreu, provocando uma abrupta - e providencial - elevação dos lucros⁸, fundamental se tivermos em mente a remuneração monetária do trabalho e a própria monetização do capital de giro das unidades, corolários imediatos da abolição da escravidão.

Contudo, não é apenas através da análise conjuntural que pode ser explicada a superação dos efeitos imediatos da abolição da escravidão. Mais importante ainda é o esclarecimento das condições objetivas da produção e reprodução das unidades quando ocorre a emancipação. Como veremos posteriormente, cerca de 35% em média da área das propriedades cafeicultoras de Juiz de Fora na década de 1880/89 e aproximadamente 30% na década de 1890/99 podem ser definidas como terras disponíveis para a expansão da produção agroexportadora (área em matas virgens e capoeirão), evidenciando, pela lógica do sistema extensivo do solo⁹, uma situação ainda bastante propícia para a realização do movimento da reprodução ampliada das unidades, além de demonstrar que as condições objetivas ainda se encontram, de uma maneira geral, bastante favoráveis para a economia agroexportadora da região. Esta situação obviamente se coloca como fundamental para a reorganização econômica das unidades no imediato pós-abolição¹⁰, mesmo

⁷ Recentemente alguns autores têm procurado associar a crise cambial deste período a outros fatores; para estas questões ver, entre outros, os trabalhos de BACHA, E. "Política Brasileira do Café: Uma Avaliação Centenária" IN: BACHA, E. e GREENHILL, R. *Marcelino Martins & E. Johnston - 150 Anos de Café*, 2 ed., Salamandra Editorial, São Paulo, 1992 e de FRANCO, G.B. *Reforma Monetária e Instabilidade durante a Transição Republicana*, BNDES, São Paulo, 1983.

⁸ "Em 1891, a inflação minorou as dívidas do plantador, que pode arcar com os custos salariais numa moeda desvalorizada, ao passo que os preços do café subiam (...)", WIRTH, J. Op. cit., p. 79; ver também VILLELA, A. e SUZIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira*, 1 ed., IPEA, RJ, 1973, p. 17, 96; TAUNAY, A.E. Op. cit., vol. 10, p.235.

⁹ FRAGOSO, J. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul-1890/1920*. Dissertação de mestrado, UFRJ, 1983.

¹⁰ "...a transição para o trabalho livre não impediu a continuidade da incorporação de mais terra e mais mão de obra, dando continuidade à acumulação de capital na cafeicultura..." CANO, W. Op. cit., p. 296. Os limites de espaço num artigo como este inviabilizaram uma análise detida do processo de constituição do mercado de trabalho na região, bem como das relações de produção que se constituíram no imediato pós-abolição. Contudo, podemos adiantar para o leitor que o fechamento da fronteira na Mata mineira já por volta da década de 1890, para nós um dos principais fatores limitadores da demanda por força de trabalho numa economia agroexportadora

que esta reorganização não tenha resultado em condições tão favoráveis como aquelas que existiram em São Paulo¹¹. O fato destas condições objetivas se encontrarem de forma a ainda possibilitar a expansão da cultura numa região como a de Juiz de Fora é ilustrativo, já que se trata, talvez, da região de incorporação produtiva mais antiga do estado, indicando que as outras regiões produtoras fatalmente se encontravam em condições mais favoráveis, o que, em parte, explica o próprio movimento de expansão da produção agroexportadora de Minas Gerais já verificado.

A promulgação da lei áurea não causou, porém, o desastre econômico que os historiadores conservadores costumam propalar, nem na própria zona da Mata. Naturalmente, os senhores mais cruéis ficaram sem ninguém, de uma hora para a outra; mas, não é menos verdade que a abolição total do cativo já era esperada desde a cessação do tráfico que cada vez mais se tornava difícil e caro adquirir escravos, e que a escravatura se desmoralizava perante a opinião pública. E a prova de que a situação econômica não se deteriorou é que a marcha do povoamento com base na cultura do café não se deteve; prosseguiu para o Nordeste da zona da Mata, induzindo que, na segunda década deste século, os trilhos se prolongassem desde Carangola até Manhuaçu, onde chegaram no fim de 1915.¹²

A crise de 1898/1910 se apresenta, pela sua extensão e natureza, como uma das mais graves depressões vivenciadas pela economia agroexportadora do país¹³. Para se ter uma idéia -e tomando-

baseada num sistema de uso do solo de natureza extensiva, aliado à presença de um contingente demográfico significativo, evidenciado pelo fato de Minas Gerais constituir o estado com a maior população do país em todo o período desta análise, permite que a transição para o trabalho livre na região se efetive, ao contrário do que ocorreu em São Paulo, a partir de condições endógenas, ou seja, incorporando principalmente o antigo contingente de escravos e "homens livres pobres" e, em menores proporções, imigrantes estrangeiros (cuja presença, contudo, não deve ser subestimada). A historiografia tem considerado estas características como sintomas de estagnação e declínio da economia cafeeira na Zona da Mata, situação com a qual discordamos particularmente. Para maiores detalhes ver: Pires, A. Op. cit. pp. 122-131; LANA, A.L. op. cit., LIMA, J.H. op. cit., entre outros.

11 CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 1 ed., DIFEL, SP, 1977; STOLCKE, V. *Cafecultura - Homens, Mulheres e Capital*. 1 ed., Brasiliense, SP, 1986.

12 VALVERDE, O. Op. cit., p. 32 "... Em 1888, com a abolição repentina da escravidão, a 13 de maio, novo transtorno sobreveio para as lavouras do café. Libertos os negros, escarmentados estes com os flagelos morais e físicos que haviam sofrido - poucos apenas quiseram permanecer como arroteadores de solo. E a falta de tantos braços somente seria suprida com o incremento do trabalho livre nacional e com o advento da imigração estrangeira. Afortunadamente, ainda de tal transe se saiu com galhardia o café mineiro. O produto continuou a prosperar. Em 1890 sua exportação foi de 58.253.188 kg." MAGALHÃES, H. Op. cit., p. 626. Ver também LANA, A.L. Op. cit., p. 214.

13 Sobre a crise de 1898/1910 ver entre outros: NETO, A.D. *O Problema do Café no Brasil*. 1 ed., IPE/USP, SP, 1966; STOLCKE, V. Op. cit.; CANO, W. *Raízes...* Op. cit.; SAES, F. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. Hucitec, São Paulo, 1986; VILLELA, A. e SUZIGAN, W. Op. cit.; BLASENHEIM, P. Op. cit.; COSTA, F. *Bancos em Minas Gerais - 1889/1964*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, 1978.; GIROLETTI, D. Op. cit.; WIRTH, J. Op. cit.

se como referência o preço do café mineiro (tabelas 3, 4 e 5 - gráfico 3)- há uma queda de 45% dos preços entre 1891 (13\$222) e 1907 (7\$232), depreciação que só ocorre durante a crise de 1929, quando os preços também caem, em média, em torno de 45%.

Os preços médios de exportação em moeda nacional declinaram 44% entre 1890 e 1902/06. Entre 1929 e 1930, eles mais uma vez declinaram 44%. O declínio nos preços médios de exportação em moeda ouro foi um pouco maior, a saber 51% em cada período. Ademais, em 1929 os preços médios de exportação em moeda ouro foram maiores do que os pagos em 1890.¹⁴

Tabela 3
Preço Anual do Café Mineiro
1850/1926

ANO	PREÇO	ANO	PREÇO	ANO	PREÇO
1850	4\$004	1876	6\$939	1902	7\$353
1851	3\$504	1877	9\$435	1903	7\$506
1852	3\$642	1878	7\$866	1904	9\$547
1853	3\$916	1879	8\$061	1905	10\$717
1854	4\$100	1880	7\$630	1906	7\$264
1855	4\$257	1881	6\$184	1907	7\$232
1856	4\$560	1882	4\$954	1908	7\$273
1857	4\$460	1883	6\$241	1909	7\$908
1858	4\$348	1884	6\$757	1910	9\$911
1859	4\$798	1885	6\$234	1911	13\$469
1860	4\$028	1886	6\$942	1912	14\$452
1861	6\$214	1887	10\$981	1913	11\$526
1862	7\$118	1888	7\$491	1914	9\$754
1863	7\$682	1889	7\$710	1915	9\$092
1864	6\$895	1890	9\$292	1916	11\$297
1865	7\$119	1891	13\$222	1917	10\$377
1866	5\$787	1892	15\$523	1918	11\$863
1867	7\$483	1893	21\$309	1919	23\$652
1868	6\$515	1894	22\$374	1920	18\$676
1869	7\$145	1895	20\$212	1921	20\$598
1870	6\$480	1896	19\$438	1922	29\$674
1871	6\$953	1897	13\$888	1923	38\$720
1872	8\$327	1898	12\$562	1924	51\$463
1873	9\$191	1899	12\$051	1925	53\$782
1874	10\$875	1900	13\$225	1926	44\$802
1875	8\$395	1901	8\$525		

FONTE: ALVIM, A. Op. cit. pp. 80-86.

¹⁴ STOLCKE, V. Op. cit., p. 96, nota 1.

Tabela 4.
Preço do Café Mineiro
Médias Quinquenais
1850/1924

QUINQUÊNIO	PREÇO	QUINQUÊNIO	PREÇO
1850/54	3\$833	1890/94	16\$342
1855/59	4\$884	1895/99	15\$630
1860/64	6\$387	1900/04	9\$231
1865/69	6\$809	1905/09	10\$103
1870/74	8\$336	1910/14	11\$442
1875/79	8\$339	1915/19	15\$056
1880/84	6\$353	1920/24	29\$426
1885/89	7\$871	1925/29	

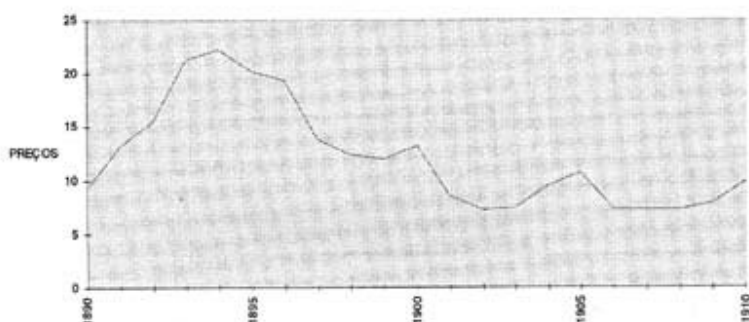
FONTE: Ver Tabela 3.

Tabela 5.
Preço do Café Mineiro
Médias
1850/1926

DECÊNIO	PREÇO
1850/59	4\$159
1860/69	6\$598
1870/79	8\$352
1880/89	7\$112
1890/99	15\$986
1900/09	8\$656
1910/19	13\$249
1920/29	24\$580

FONTE: Ver Tabela 3.

Gráfico 3. Evolução dos Preços do Café 1890/1910



Os preços começaram a cair a partir de 1895, inicialmente de forma branda, sendo que em 1898 já estão 38% menores em relação aos níveis atingidos em 1895. Se verificarmos todo o período da depreciação (1896/1910) encontraremos cerca de 15 anos de queda absoluta dos preços internos do café, o que, por sua vez, provocou uma grande depreciação dos lucros na atividade agroexportadora.

A crise de 1898/1910 tem sido considerada como a primeira grande crise de superprodução de café no Brasil. Segundo Delfim Neto "este período registra as origens de todo o problema cafeeiro que vivemos neste último meio século"¹⁵. Em grande parte esta crise foi provocada por uma perversa combinação de fatores. Por um lado, assiste-se a uma queda do nível de atividade e da renda pessoal nas economias centrais, o que provoca uma pressão baixista nos níveis dos preços do café no mercado internacional até o início do século XX¹⁶; por outro lado, a grande elevação dos preços que ocorre a partir de 1891 provocou um grande estímulo à novas plan-

15 NETO, A.D. Op. cit., p. 27.

16 Ver IBGE. *Séries Estatísticas Retrospectivas*. vol. 1, p. 88; LEWIS, W.A. *Crescimento y Fluctuaciones - 1870/1913*. 1 ed., Fondo de Cultura Económica, México, p. 95.

tações de café que, dado o período de maturação da planta (5 anos), atingem a fase produtiva justamente no início da conjuntura de baixa, ocasionando uma pressão na oferta e uma forte tendência à superprodução, o que vem contribuir para a baixa do preço no mercado internacional; por fim, e completando o quadro, a política econômica extremamente deflacionista implantada por Joaquim Murinho a partir de 1898¹⁷ -visando em parte combater a própria superprodução de café- implicou numa elevação cambial responsável por uma forte pressão baixista, desta vez nos preços internos. Assiste-se no país, neste momento, a uma conjuntura relativamente inédita onde as tendências de baixa no mercado externo se aliam às tendências de alta da taxa cambial que, juntas, provocaram a depreciação dos preços internos do café nos níveis e prazos já verificados.

Vimos, nos dois ciclos que analisamos (1858-1868 e 1869-1885) que, durante a fase ascendente, os preços do café elevavam a receita de divisas do país, mas que, na fase descendente as ampliações das exportações eram suficientes para sustentar a mesma receita de divisas, fenômeno que, de um lado, não gerava grandes flutuações na taxa cambial e, de outro, garantia um paralelismo mais ou menos estreito entre as tendências das cotações no mercado externo e no mercado interno. (...) Na fase em que nos preocupamos, o movimento antagônico entre o preço externo do café e a taxa cambial assumiu um aspecto dramático e criou uma situação extremamente difícil para o país.¹⁸

Os efeitos da crise em Minas Gerais foram, aparentemente, consideráveis. A queda dos preços e a conseqüente depreciação dos lucros na atividade agroexportadora provocaram, de imediato, um abandono dos cafezais velhos e a manutenção apenas daqueles considerados novos, os únicos cuja produtividade garantia alguma remuneração ao produtor¹⁹. Desta forma assiste-se, por um lado, a uma tendência à queda da produção agroexportadora verificada na tabela 2 (com algum atraso dada a inelasticidade de oferta do café) entre os quinquênios de 1905/09 e 1910/14, quando a produção cai em torno de 21%, uma queda razoável se tivermos em men-

17 Sobre a política econômica de Joaquim Murinho ver: VILLELA, A. e SUZIGAN, W. Op. cit., p. 16-22; LUZ, N.V. "Joaquim Murinho e o Darwinismo Econômico" IN *Idéias Econômicas de Joaquim Murinho*. 1 ed., Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa/MEC, RJ, 1980. PELAEZ, C.M. e SUZIGAN, W. *História Monetária do Brasil*. UNB, Brasília, 1980.

18 NETO, A.D. Op. cit., p. 27-8.

19 "... tendo cessado quase as plantações novas e sido abandonado mesmo muito das antigas, a grande produção tem se mantido com a conservação das plantações recentes, iniciada antes da crise". JACOB, R. *Minas Gerais no XXo Século*. RJ, Gomes, Irmão e Cia., 1905, p. 409; ver também GIROLETTI, D. "A Industrialização..." Op. cit., p. 155.

te o movimento geral ascendente da série. Obviamente, o impacto da crise, com o agravamento do diferencial de produtividade que implicou²⁰, deve ter sido maior nas regiões de incorporação produtiva mais antiga do que naquelas de incorporação mais recente, o que vai provocar um maior contraste dos níveis da produção entre as regiões: data da década de 1890 uma maior aproximação da produção da região sul de Minas Gerais em relação a zona da Mata e, no interior desta, a área "sul" perde a primazia da produção para a área "norte" e "nordeste", de incorporação produtiva mais recente, processo que veremos com mais detalhe adiante.

O estado tentou amenizar o impacto da difícil conjuntura da crise e, já em 1898, reduziu os impostos de exportação de 11 para 9%, além de se empenhar na redução dos fretes das estradas de ferro (que caíram entre 2 e 25%²¹) e na melhoria da oferta do crédito agrícola. No entanto, a excessiva dependência da receita estadual sobre os tributos incidentes sobre o café²² fez com que a crise provocasse uma abrupta e profunda queda no fluxo de recursos para o estado²³, limitando significativamente as suas possibilidades de atuação. A melhoria da situação da lavoura cafeeira só ocorre, efetivamente, a partir do final da década de 1900, quando sob o efeito das medidas adotadas pela valorização do Convênio Taubaté, em 1906, os preços do café finalmente começaram a se elevar, aumentando a remuneração dos agentes produtivos²⁴.

A tendência de elevação dos preços a partir de 1910 (da ordem de 53% entre as décadas de 1900/1909 e 1909/1919 e de 85% entre esta última e o período de 1920/26 - tabela 5) sustenta um novo movimento de expansão da produção a partir do quinquênio 1910/14 e o de 1915/19 (tabela 1). Para melhor verificar esta expansão da produção, e sua correlação com os preços, montamos o gráfico 4 (onde a produção aparece defasada cinco anos em relação aos preços devido ao fato de o cafezal não prescindir de um período inferior a cinco anos para se tornar produtivo) no qual se tornam claras as tendências de elevação dos preços e da produção e sua correlação no período aqui considerado.

20 SINGER, P. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1968.

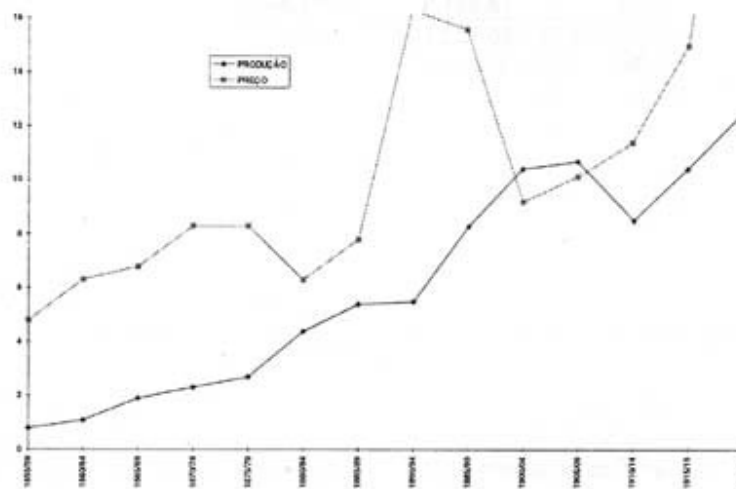
21 TAUNAY, A.E. Op. cit., vol. 10, p. 242-4; GIROLETTI, D. "A Modernização..." Op. cit., p.90.

22 "Eram muito limitadas as fontes de receita do estado havendo sérias dificuldades para a criação de novas. Assim, a prosperidade financeira de Minas repousava sobre uma única base sujeita a oscilações subordinadas a causas várias e complexas". TAUNAY, A.E., Op. cit., p. 239.

23 Id. ib., p. 235-55.

24 Sobre a participação mineira no convênio de Taubaté ver WIRTH, J. Op. cit.; BLASENHEIM, P. Op. cit.

Gráfico 4.
Evolução Proporcional da Produção e do Preço do Café -
Minas Gerais
1855/1924



O retorno do movimento de expansão da produção também pode ser verificado na participação, em médias quinquenais, do valor da produção do café no valor total das exportações do estado no período 1890/1924 (tabela 6).

Tabela 6
Percentual das Médias Quinquenais do Valor da Produção de Café e das Exportações em Minas Gerais 1850/1924
(em contos)

QUINQUÊNIO	Vr./EXPORTAÇÃO	Vr./CAFÉ	% CAFÉ
1850/54	4.976,5	2.456,9	49,30
1855/59	5.994,8	3.688,5	61,50
1860/64	9.541,9	4.487,9	47,03
1865/69	14.941,3	9.078,3	60,70
1870/74	18.821,3	11.448,4	60,82
1875/79	20.980,8	13.247,2	63,13
1880/84	35.843,1	26.671,2	74,41
1885/89	50.979,0	40.812,5	80,05
1890/94	123.801,1	87.777,1	70,90
1895/99	199.334,4	128.274,3	64,30
1900/04	150.259,5	87.400,6	58,11
1905/09	137.533,3	62.598,2	45,51
1910/14	193.426,4	104.293,5	53,91
1915/19	348.478,9	109.222,8	53,90
1920/24	640.013,3	284.997,9	44,51

FONTE: ALVIM, A. Op. cit. pp. 73-106. apud GIROLETTI, D. Op. cit. p.155.

Nesta tabela se verifica uma nítida tendência de crescimento do valor da produção de café em Minas Gerais, em termos absolutos, a partir do quinquênio 1910/14 causado tanto pela elevação da produção quanto dos preços, após uma também nítida tendência regressiva durante a crise de 1898/1910; além disso, o crescimento no período considerado como um todo (1890/1924) é da ordem de 224%. Contudo, a participação do valor do café no valor total das exportações apresenta um movimento descendente que pode ser explicado por uma maior diversificação e pelo crescimento em um ritmo mais acelerado das exportações mineiras consideradas como um todo, e não, necessariamente, sintoma de regressão da cultura cafeeira no estado como querem alguns autores²⁵. Mesmo assim, se considerarmos a menor participação do café na série (43,57% para 1910/14), verifica-se que este, isoladamente, é responsável por cerca da metade do valor das exportações do estado (a média é

²⁵ GIROLETTI, D. Op. cit.; COSTA, F. Op. cit.

de 48,22%) o que lhe garante, seguramente, a posição mais importante na economia do estado em todo o período.

A tendência de expansão da cultura cafeeira na conjuntura iniciada a partir de 1910 vai garantir o movimento geral ascendente da produção de café em Minas Gerais até o final do período desta análise, delimitando as tendências regressivas ocasionadas pela crise de 1898/1910 como um movimento de natureza conjuntural, superado -se bem que com sequelas- a partir daquela data. O movimento geral ascendente da produção mineira de café pode, contudo, ser melhor vislumbrado se o compararmos com as tendências da produção nacional, por um lado, e, por outro, com aquelas tendências verificadas na produção do Rio de Janeiro - reconhecidamente declinantes no correr do período.

A localização da produção mineira dentro da produção nacional pode ser verificada através da tabela 7, que apresenta a evolução da produção nos principais estados cafeicultores do país entre 1870 e 1930 (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo que "... juntos perfaziam mais de 95% da produção nacional"²⁶).

Tabela 7.
Produção Exportável de Café das Principais Regiões Produtoras
(1.000 sacas)

MÉDIA ANUAL DO PERÍODO	SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO		MINAS GERAIS		ESPIRITO SANTO		SOMA	
	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%
1876-1880	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100,0
1881-1890	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100,0
1891-1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100,0
1901-1910	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100,0
1911-1920	9.303	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100,0
1921-1930	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100,0

FONTE: (SP, RJ E MG) TAUNAY, A. de E. e FRAGA, C.C. (Dados ajustados aos de Taunay); (E.S.) ROCHA E COSSETTI. Apud CANO, W. Padrões... Op. cit. p.293. Tabela 1.

²⁶ CANO, W. "Padrões..." Op. cit., p. 291.

Nesta tabela se evidencia, em primeiro lugar, um vertiginoso movimento de expansão da produção do estado de São Paulo, que das 925 mil sacas do período 1876/80 salta para 11.131 mil na década de 1921/1930, representando um aumento de 1.103%; dos 24,3% que ocupava na produção nacional em 1876/80, a produção paulista passa a ocupar 66,5% na década de 1921/30 demonstrando um ritmo de expansão sem par em todo o país. A presença de uma fronteira aberta nas dimensões que existiam em São Paulo, inexistente, pelo menos em proporções tão significativas, em qualquer outra região do país no período considerado, seguramente explica este intenso movimento de expansão agroexportadora²⁷.

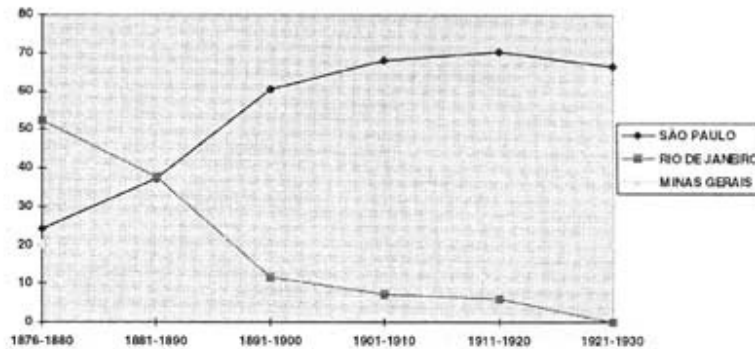
Em segundo lugar, a tabela 7 também evidencia um intenso processo de regressão da produção do Rio de Janeiro que das 1.987 mil sacas referentes ao período 1876/80 (correspondentes a 52,2% da produção nacional) cai para 945 mil (5,6% da produção nacional) na década de 1921/30, demonstrando a decadência da economia agroexportadora deste estado, que pode ser explicada pela exaustão dos solos e pela sua incapacidade de superar o impacto causado pela abolição da escravidão²⁸.

Por fim, a posição de Minas Gerais frente à produção nacional permanece constante, em torno de 20%, mantendo uma participação proporcional no total da produção do país que é crescente no correr do período. Entre 1876/80 e 1921/30 o total da produção nacional cresce em torno de 340% (3.803 mil sacas para 16.731 mil) ao passo que a de Minas Gerais cresce em torno de 349%, acompanhando, em linhas gerais, o ritmo de crescimento da produção total do país, o que demonstra o movimento de expansão da produção agroexportadora mineira no correr do mesmo período, apesar do fato desta expansão estar longe do vigor demonstrado pela expansão de São Paulo.

27 *Id. ib.*; *id.* "Raízes..." Op. cit.; STOLCKE, V. *Cafecultura: Homens, Mulheres e Capital*. Brasiliense, São Paulo, 1986.

28 FRAGOSO, J. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul-1890/1920*. Dissertação de mestrado, UFRJ, 1983.; STEIN, S. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. Brasiliense, São Paulo, 1961.; COSTA, E.V. *Da Senzala a Colônia*. 2 ed., Ciências Humanas, São Paulo, 1982. Novos trabalhos tem ressaltado que a decadência da economia cafeeira do Rio não deve ser generalizada para o conjunto da economia do estado no período, que vê se reafirmar sua posição de centro comercial e industrial do país; para estas questões ver, entre outros, o trabalho de LEVY, M.B. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas: Esboço de História Empresarial* Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

Gráfico 5
Evolução Proporcional da Produção de Café
S.Paulo, M.Gerais e R.de Janeiro
1876/1930



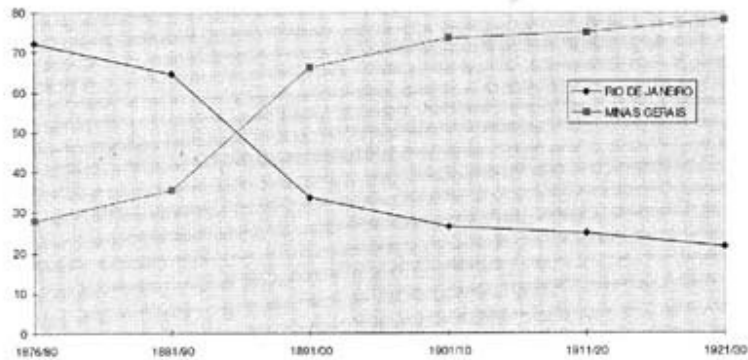
Contudo, é com relação a uma produção como a do Rio de Janeiro que se evidencia de maneira mais nítida o movimento da produção agroexportadora de Minas Gerais. Como a produção do Rio tem sido caracterizada maciçamente como decadente pela historiografia -situação que, no mais, podemos verificar- a comparação das tendências desta produção com aquelas verificadas em Minas Gerais vai servir para marcar uma nítida diferenciação entre ambas as economias agroexportadoras. Para isso, partindo da própria tabela 7, utilizaremos os dados referentes a Minas Gerais e ao Rio de Janeiro de forma agregada e verificaremos as respectivas participações proporcionais, em valores percentuais, e sua evolução no período considerado (1870/1930); o resultado se encontra na tabela 8 - gráfico 6.

Tabela 8.
Varição Proporcional da Produção do Rio de Janeiro e
Minas Gerais
1876/1930

DÉCADA	RIO DE JANEIRO			MINAS GERAIS			TOTAL
	PROD.	%	ÍNDICE	PROD.	%	ÍNDICE	
1876/80	1.987	72,14	100	767	27,85	100	2.754
1881/90	2.176	64,45	109	1.200	35,54	156	3.376
1891/00	911	33,76	46	1.787	66,23	233	2.698
1901/10	995	26,41	50	2.772	73,58	361	3.767
1911/20	812	24,92	41	2.446	75,07	318	3.258
1921/30	945	21,52	47	3.445	78,47	449	4.390

FONTE: Ver Tabela 7.

Gráfico 6.
Evolução Proporcional da Produção de Café
Rio de Janeiro e Minas Gerais
1876/1930



A tabela 8 e o gráfico 6 demonstram, nitidamente, as variações frontalmente contrárias da produção agroexportadora do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Considerando ambas as produções de forma agregada, a participação do Rio de Janeiro cai de aproximadamente 72% no início do período para apenas 21% no final dele, ao passo que a participação de Minas Gerais se eleva dos 28% do início do período para 78% no final, marcando uma nítida diferenciação dos respectivos ciclos cafeicultores e inviabilizando qualquer tentativa de aproximação entre eles -em que pese as analogias estruturais que possuíam. Os dados referentes à tabela 25 também demonstram que é a partir da década de 1881/90 que a diferenciação entre os respectivos movimentos da dinâmica agroexportadora se evidencia, sugerindo que o fenômeno pode estar associado à distintas condições objetivas da produção agroexportadora de ambas as regiões no final do século XIX, o que marcaria uma grande diferença nas possibilidades de reorganização da produção no imediato pós-abolição e de recuperação econômica com o advento da crise dos preços de 1898/1910.

A análise comparativa da produção agroexportadora de Minas Gerais revela que esta ocupa um lugar e possui uma evolução relativamente específicos no contexto das principais regiões produtoras do país no período considerado. Por um lado, em relação a São Paulo -em que pese o fato de ambas as produções apresentarem, em termos absolutos, uma clara tendência de crescimento, o que vem aproximá-las- a diferença ocorre pela nítida inferioridade do ritmo de crescimento da produção mineira, o que revela a existência de condições objetivas de produção (principalmente a presença de uma fronteira aberta) infinitamente superiores em São Paulo, marcando um diferencial nos respectivos processos de acumulação agroexportadora, fundamental se tivermos em mente o potencial de diversificação econômica nele implícito. Por outro lado, a existência de um movimento geral ascendente na dinâmica agroexportadora de Minas Gerais a diferencia fundamentalmente da dinâmica existente no Rio de Janeiro, evidenciando condições objetivas de produção significativamente distintas entre estas regiões, desta feita muito mais favoráveis ao processo geral da acumulação agroexportadora em Minas Gerais. Em outras palavras, o movimento da dinâmica agroexportadora em Minas Gerais se distingue, pelo ritmo do crescimento da produção, da dinâmica existente em São Paulo e, pela tendência ascendente do movimento, da mesma dinâmica referente ao Rio de Janeiro; se é verdade que as condições da produção em Minas Gerais não eram tão favoráveis ao

processo da acumulação agroexportadora como em São Paulo, não é menos verdade que elas também não se apresentavam de forma tão adversa a este processo como no Rio de Janeiro, onde elas chegaram a inviabilizá-lo.

O Café na Zona da Mata

A distribuição regional da produção cafeeira e sua evolução no período desta pesquisa constitui um aspecto fundamental de qualquer análise do processo de desenvolvimento da economia agroexportadora do estado, realizada, até agora, abstraindo as características específicas da evolução da produção das principais regiões cafeeiras de Minas Gerais. Ao que tudo indica, as regiões da zona da Mata e do Sul de Minas vão representar a quase totalidade da produção mineira de café, durante todo o correr do século XIX e o início do século XX, o que, em parte, se explica tanto pelo processo de expansão da cultura pelo estado quanto pela existência de melhores condições naturais para a cafeicultura nestas regiões. Ainda no final do período desta pesquisa, na segunda metade da década de 1920, com a cultura consolidada na maior parte das regiões produtoras, a produção destas duas regiões corresponde a aproximadamente 86% do total da produção do estado, restando às outras regiões (Triângulo, Centro e Norte) cerca de 14% deste mesmo total²⁹.

Existe, no entanto, entre estas duas regiões um nítido predomínio da produção da zona da Mata. Tendo constituído, como vimos nos momentos iniciais desta análise, a "porta de entrada" do café em Minas, a região da Mata mineira vai deter cerca de 99% da produção do estado em meados do século XIX, apresentando uma tendência de queda de sua participação proporcional até o final deste século e o início do século XX, sem, contudo, perder a primazia da produção, já que sua participação relativa gira em torno dos 60 a 80% do total da produção de Minas ainda no final da década de 1920, o que assegura à zona da Mata o primado da produção do estado em todo o período desta pesquisa (tabela 9).

Nos anos 70, a produção mineira era a segunda do país. Suas exportações representavam 27% das nacionais. Até aquela data, a quase totalidade do café exportado era produzido na zona da Mata. A partir do final da década de 80 o café passou a ser cultivado como maior intensidade no sul de Minas (...); com isto, aumentou o peso do produto sul mineiro no cômputo total das exportações. Até o final do Império, a maior parte do café exportado vinha da zona da Mata. De uma participação de cerca de 20%

29 Ver "O Café no Segundo Centenário..." vol. 2, p. 601-4.

das exportações no início da década de 90, o café sul mineiro passou a 30% do valor total exportado nos primeiros anos do século XX, mantendo-se nesta posição até 1930. A Zona da Mata continuou como a região produtora principal.³⁰

Os dados organizados na tabela número 9 também deixam transparecer uma nítida tendência de crescimento da produção cafeeira da zona da Mata. Entre 1888 e 1926, só para tomar um exemplo, este crescimento é da ordem de 153,46%. Aparentemente, dada a proporção da produção desta região para aquela que corresponde à do estado considerado como um todo, esta expansão foi fundamental para o comportamento da produção mineira, já verificado, principalmente se tivermos em mente que o período das duas séries é, fundamentalmente, o mesmo (ou seja, se estendendo de meados do século XIX até o início do século XX). Contudo, para melhor verificar esta situação partiremos para a análise comparativa das tendências da produção da zona da Mata, considerada isoladamente, em relação às do Rio de Janeiro, o que pode ser demonstrado através da tabela 10 - gráfico 7.

Tabela 9.
Participação Proporcional da Produção Cafeeira da Zona da Mata na Produção do Estado de Minas Gerais (períodos selecionados)

PERÍODO	MINAS GERAIS	ZONA DA MATA	%
1847/48	745.381	743.707	99,77
1850/51	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/04	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

FONTES: 1. para 1847/48, 1850/51 E 1903/04 - GIROLETTI, D. "A Industrialização..." Op. cit. p. 152 e 156.

2. para 1886 e 1888: Zona da Mata - MELLO, P.C. Op. cit. p. 41 (apresenta os dados para Minas Gerais sem a "Zona de Santos", ou seja, o Sul de Minas).

3. para 1926: "O Café no Segundo Centenário..." pp. 601-604

OBS.: 1. produção em arrobas

2. para 1903/04 os dados se referem à produção de 64 municípios mineiros (19 da zona da Mata, 19 da zona Sul, 15 do Oeste, 9 do Triângulo e 2 da zona Norte)

3. para 1886 e 1888 - dados relativos à exportação; para zona da Mata os dados se referem à Minas Gerais sem a "Zona de Santos", ou seja, o Sul de Minas; como as duas regiões são responsáveis por praticamente o total da produção do estado acreditamos que estes dados assim se aproximam muito da produção da Mata mineira.

30 GIROLETTI, D. "A Modernização..." Op. cit., p. 70; ver também COSTA, F. Op. cit., p. 81-2; GIROLETTI, D. "A Industrialização..." Op. cit., p. 152, 156.

Tabela 10.
Varição Proporcional da Produção do Rio de Janeiro e
da Zona da Mata de Minas Gerais
(períodos selecionados)

PERÍODO	R. JANEIRO	%	ZONA MATA	%
1847/48	6.505.712	89,74	743.707	10,25
1886	8.171.227	65,43	4.316.067	34,86
1888	7.298.533	62,20	4.433.800	37,79
1903/04	4.456.471	42,64	5.993.425	57,35
1926	3.652.668	28,62	9.105.543	71,37

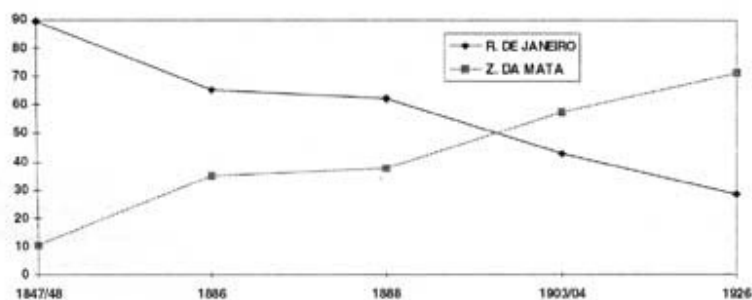
FONTES: 1. Para a zona da Mata - v. tab. 9.

2. Para o Rio de Janeiro: 1848 - VIANNA, O. "Hegemonia do Vale do Paraíba - 2o Império" IN: O Café no 2o Centenário..." vol. 2, p. 517.

3. 1886 e 1888 - MELO, P.C. Op. cit. p. 41.

4. 1903/04 e 1926 - "O Café no 2o Centenário..." p. 413.

Gráfico 7
Evolução Proporcional da Produção de Café
Rio de Janeiro e Zona da Mata de Minas Gerais
1847/1926



Verifica-se pelos dados da tabela anterior que o comportamento da produção da zona da Mata frente ao comportamento da produção do Rio de Janeiro se assemelha, fundamentalmente, com o comportamento da produção mineira. Tem-se, em linhas gerais, um movimento ascendente da produção da zona da Mata, o qual se apresenta de maneira frontalmente contrária às tendências da produção fluminense. Por outro lado, estes mesmos dados revelam que é na conjuntura dos momentos finais do século XIX e iniciais do século XX -marcada pela crise dos preços do café- que a produção da zona da Mata supera a produção fluminense, o que sugere, também para a Mata mineira, a existência de condições objetivas de produção bem mais favoráveis para o movimento geral da acumulação cafeeira do que aquelas que marcaram o Rio de Janeiro no mesmo período.

Efetivamente, a análise das condições objetivas da cafeicultura e do movimento de expansão da cultura pela região da zona da Mata explicam o comportamento geral ascendente da produção agroexportadora já verificado. Apesar da sobreposição nos momentos iniciais do processo da expansão cafeeira no Rio de Janeiro e na Mata mineira, algumas características específicas deste processo nesta última região, por exemplo uma maior distância frente ao núcleo de comercialização localizado no Rio de Janeiro (referência fundamental pela importância que tinha para a comercialização do fluxo da produção) vão determinar importantes diferenças na evolução da produção da Zona da Mata.

Até a década de 1860 a zona da Mata possuía um precário sistema viário que, em grande parte, limitou até esta década o efetivo processo de incorporação produtiva à área limítrofe à província do Rio (que, grosso modo, como já vimos, pode ser identificada com o "sul" da região) e prejudicou imensamente, pelo impacto na estrutura dos custos das unidades, a expansão da cultura em direção às áreas "norte" e "nordeste" da Mata. Tal situação, posteriormente, será fundamental na discriminação de duas áreas razoavelmente diferenciadas quanto ao potencial de expansão agroexportadora no interior da própria região que é a referência fundamental neste momento da análise.

A precariedade do sistema viário de Minas Gerais em meados do século XIX e os limites que implicava ao crescimento econômico da província mineira foi testemunhado por observadores contemporâneos. Taunay, fazendo referência ao relatório da presidência de província de autoria de Bernardo Jacinto da Veiga, observa:

Os produtos mais valiosos da província, como o café, o açúcar e o tabaco, não haviam deixado de prosperar, porque a fertilidade do solo remunerava exuberantemente os cultivadores, mas, sua exportação não era tão considerável como poderia ser, pela dificuldade, e carestia de transportes, tornando muito desfavorável a posição dos fazendeiros de Minas comparativamente aos de outros produtores, clientes da praça do Rio de Janeiro (...) e assim aconteceria enquanto não pudessem estes produtos sustentar a concorrência naquele mercado com gêneros iguais de outras províncias.³¹

Também E. Viotti, fazendo referência a uma das primeiras tentativas de realização de um inquérito agrícola na província, afirma:

A produção cafeeira estava aqui, como em toda a parte condicionada ao frete. Em resposta a uma circular enviada em 1855 às Câmaras Municipais e que pedia informações sobre o gênero de indústria mais importante, a população, número de fazendas de criação e cultura (...), o município de Mar de Espanha, um dos grandes produtores de café, informava que esta cultura se achava bastante aumentada e "mais seria não fossem as dificuldades de transporte pela falta de boas estradas" e a insuficiência de braços. Também o município de Rio Preto alinhava, entre os fatores que entravavam seu desenvolvimento, a deficiência das vias de comunicação. Percorrendo-o não se encontrava "um só lugar que oferecesse cómodo trânsito e facilitasse a exportação". As lavouras de café se desenvolviam nas regiões vizinhas ao Rio de Janeiro, onde os tropeiros achavam melhores estradas.³²

Sendo assim, a expansão da cultura na zona da Mata na primeira metade do século XIX, apesar de significativa, é marcadamente inferior à expansão na província fluminense, delimitando uma "defasagem" entre ambos os ciclos cafeeiros que pode ser verificada através da comparação entre as produções das duas províncias no período. Em 1835 a produção da província do Rio atinge um milhão de arrobas³³, montante que a província mineira (na época com a produção originada quase exclusivamente na zona da Mata) só atinge em torno de 1860³⁴, quase trinta anos depois. Naquele ano (1835) a produção de Minas corresponde a apenas 18% da produção fluminense. Em 1850/51 a produção de Barra Mansa, um dos principais produtores do Rio neste momento, corresponde isoladamente a 85% da produção de toda a província de Minas Gerais (760.300 arrobas para 898.184)³⁵.

31 TAUNAY, A.E. Op. cit., vol. 3, p. 255.

32 COSTA, E.V. Op. cit., p. 143.

33 CANO, W. "Padrões..." Op. cit., p. 292.

34 SILVEIRA, V. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imp. Oficial, 1926; ver também TAUNAY, A.E. Op. cit., vol. 6, pp. 376-82.

35 Para Barra Mansa ver VIANNA, O. "Hegemonia do Vale do Paraíba". IN: *O Café no Segundo Centenário de sua Introdução no Brasil*. Op. cit., p. 517. Para Minas ver GIROLETTI, D. "A Industrialização..." Op. cit., tab. I.

O desenvolvimento do sistema viário da zona da Mata vai, portanto, trazer consigo um grande impulso ao processo de expansão da cultura cafeeira na região. Inicialmente, a inauguração da rodovia União e Indústria, em 1861, melhorou significativamente as condições de transporte entre a Mata mineira e o Rio de Janeiro, permitindo um maior fluxo comercial à produção, além da economia de tempo e recursos³⁶. Posteriormente, a partir da década de 1870, a expansão da malha ferroviária vai consolidar, definitivamente, o processo de incorporação produtiva da Mata, principalmente em relação ao centro comercial localizado no Rio. Existiu uma espécie de "causação circular" entre a expansão ferroviária e a expansão cafeeira, onde a primeira provocava e estimulava o crescimento da segunda -pela diminuição dos custos e maior eficiência dos transportes, com a consequente ampliação das margens de lucro- e esta gerava os recursos que permitiam o crescimento da primeira³⁷. De qualquer forma, o processo de expansão da malha ferroviária em Minas Gerais até o início do século XX é, junto com São Paulo, um dos mais intensos do país, pelo menos é o que se pode deduzir dos seguintes dados, organizados por Rodolfo Jacob para a primeira década do século XX (tabela 11).

Tabela 11.
Crescimento das Vias Férreas Mineiras Comparado ao de Outros Estados da União

ESTADOS	ESTRADA DE FERRO EM TRÂNSITO	DATA DE INÍCIO DAS CONSTRUÇÕES	MÉDIA DA PROGRESSÃO ANUAL
Minas	4.496.795	1869	109,6
Distrito Federal	173.633	1858	3,3
Bahia	1.391.574	1860	28,5
Rio de Janeiro	2.422.185	1854	43,2
São Paulo	4.724.000	1867	109,8
Rio G. do Sul	1.962.408	1882	70,0

FONTE: JACOB, R. Minas Gerais no XXo Século, p. 442.

36 GIROLETTI, D. "A Industrialização..." Op. cit., p. 153-5.

37 Id. ib., p. 153; MAGALHÃES, H. Op. cit., p. 619.

O processo geral da expansão da cultura cafeeira na zona da Mata, condicionado, como foi, pela melhoria do sistema viário local, permite ainda que se destaque uma outra característica importante para o entendimento das condições gerais da economia agroexportadora da região no período aqui considerado. Como já tivemos oportunidade de verificar, o processo de expansão e de incorporação produtiva na zona da Mata se fez de forma tal que vai permitir, grosso modo, a identificação de duas áreas relativamente distintas no que diz respeito às condições gerais da economia agroexportadora acima referida³⁸. A primeira, mais próxima ao centro comercial sediado no Rio, tem seu processo de incorporação produtiva efetivado até as décadas de 1860 e 1870 (quando seus principais municípios são atingidos pela expansão da malha ferroviária) podendo, em linhas gerais, ser identificada com o "sul" da região e vai compreender, valê repetir, municípios como Mar de Espanha, Além Paraíba, Juiz de Fora, Leopoldina, Cataguases, entre outros. A segunda, mais distante daquele centro, inicia o efetivo processo de incorporação produtiva (**pari passu** à expansão da malha ferroviária) a partir das décadas de 1880 e 1890, podendo ser identificada com o "norte" e "nordeste" da zona da Mata e vai compreender, por sua vez, municípios como Muriaé, Ponte Nova, Carangola, Manhuaçu, entre outros.

A área sul, de incorporação produtiva mais antiga, vai predominar na dinâmica agroexportadora do estado durante todo o século XIX. Se considerarmos, por exemplo, o número da população escrava como um reflexo da expansão da cultura cafeeira³⁹, podemos ter uma evidente demonstração deste predomínio a partir da distri-

38 Ver LIMA, J.H. Op. cit., p. 21.

39 Id. ib., p. 21, nota 23. A região da Zona da Mata de Minas Gerais desenvolve, pelo menos a partir da segunda metade do século XIX, uma estrutura sócio-econômica de natureza predominantemente agroexportadora, o que a diferencia em termos gerais da evolução da economia do conjunto da província de Minas no mesmo período que, como se sabe, voltou-se para a produção agrícola de mercado interno. A presença de uma região agroexportadora no contexto geral da economia mineira do século XIX vem reafirmar a natureza fragmentária das várias regiões que compunham a província e que alguns historiadores já denominaram de "mosaico" mineiro (ver Wirth, op. cit.). Sendo assim, do nosso ponto de vista, o já clássico debate sobre a economia mineira no século XIX que opôs principalmente R. Slenes e R. Martins, e que procura esclarecer a natureza de uma economia fundamentalmente escravista e não agroexportadora, envolve, neste sentido, apenas tangencialmente a região da Mata de Minas Gerais. Sobre estas questões e o debate propriamente dito ver: MARTINS, R. A Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1982 (Texto para Discussão no 10); do mesmo autor "Minas Gerais, Século XIX: Tráfego e Apego à Escravidão numa Economia Não-Agroexportadora." IN: Estudos Econômicos, 13 (1): 181-209, jan-abr. 1983; SLENES, R. O Múltiplo de Porcos e Diamantes: A Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX. Campinas, Cadernos IFCH/UNICAMP nº 17, 1985.

buição da população cativa entre os quinze mais importantes municípios produtores de Minas em 1886⁴⁰ (tabela 12).

Tabela 12.
Distribuição da População Escrava em Alguns dos Principais Municípios Produtores de Minas Gerais
1886

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESCRAVA
JUIZ DE FORA	20.905
MAR DE ESPANHA	11.777
LEOPOLDINA	10.905
UBÁ	8.656
ALÉM PARAÍBA	8.029
RIO POMBA	6.029
RIO PRETO	5.410
MURIAÉ	5.326
CATAGUASES	4.955
PONTE NOVA	4.732
SÃO JOÃO NEPOMUCENO	4.125
RIO NOVO	3.662
VIÇOSA	3.042
CARANGOLA	2.127
RIO BRANCO	1.908
TOTAL	101.588

FONTE: Relatório da Presidência da Província de Minas Gerais - 1886 apud LIMA, J.H. Op. cit. p. 21.

Pelos dados da tabela 12 percebe-se nitidamente o predomínio dos municípios referentes à área "sul" no processo de expansão da economia agroexportadora em Minas Gerais durante o século XIX. Estes municípios, além de aparecerem com os maiores plantéis do estado em meados da década de 1880, indicio relativamente seguro do desenvolvimento da cultura cafeeira, vão deter-se considerarmos Juiz de Fora, Além Paraíba, Leopoldina e Mar de Espanha - 50,80% do total dos escravos apresentados na amostra (51.616 em 101.588), ao passo que aqueles municípios mais representativos da área "norte" e "nordeste", (e que aparecem na amostra, - Muriaé, Carangola, Ponte Nova e Viçosa) detêm apenas 14,98%

40 GIROLETTI, D. "A Industrialização..." Op. cit., p. 156.

deste total (15.227 em 101.588), demonstrando a natureza incipiente da cultura nesta área no período em questão.

De qualquer forma, esta defasagem do movimento de incorporação produtiva no interior da zona da Mata provoca uma relativa diferenciação nas condições da produção agroexportadora já a partir do final do século XIX. Como vimos anteriormente, as condições adversas que predominaram durante a conjuntura de crise dos preços entre 1898/1910 trazem como consequência uma mudança no eixo principal da produção agroexportadora no interior da região da Mata mineira. A área norte e nordeste, constituindo uma área de incorporação mais recente, começa a predominar na dinâmica da produção agroexportadora da zona da Mata, passando por um processo de expansão produtiva que, não por mera coincidência, se inicia justamente no final do século XIX, quando os principais municípios produtores do estado passam a se localizar predominantemente nesta área, ao contrário do que vinha ocorrendo anteriormente (até, pelo menos, o início da década de 1890) quando os municípios da área sul mantinham o primado da produção de Minas Gerais, situação que os próprios dados da tabela 12 parecem comprovar. A área sul com o processo de incorporação produtiva efetivado a 20 ou 30 anos atrás (tomando-se a década de 1890 como referência) e onde, portanto, as consequências da crise dos preços do início do século foram mais visíveis, perde dinamismo frente a "área nova", sugerindo um estado de "degradação" naquela área a partir desses anos, o que, no entanto, não significa que apresente uma produção estagnada a partir desta mesma década.

Esta diferenciação do processo geral da dinâmica da produção agroexportadora no interior da zona da Mata vai se constituir, para nós, como o ponto de partida para o entendimento das condições e do movimento da produção agroexportadora da "área antiga", a ser privilegiada neste momento da análise. Para isso tomaremos como referência fundamental as condições e o movimento da produção que predominaram em Juiz de Fora a partir do final do século XIX, os quais serão considerados como representativos do conjunto da área acima referida. No que diz respeito à análise das condições da produção, podemos dispor da classificação e, principalmente, da evolução proporcional dos diferentes tipos de terras existentes nas unidades produtivas que, pela lógica do sistema extensivo do solo, muito esclarecem sobre as condições gerais da produção agroexportadora local. De acordo com J. Fragoso:

A partir desta forma de reprodução do sistema agrário podemos também depreender que as "terras" presentes na fazenda adquirem um novo significado dado pela lógica daquele sistema: matas virgens, o seu quantum comparado com o cafezal existente nos indicam o grau e as possibilidades de reprodução da fazenda; o cafezal refere-se à capacidade produtiva atual da fazenda; o capinzal e capoeiras nos informam sobre o passado da fazenda (o número de reproduções já ocorridas) e a sua relação quantitativa com as matas nos indicam o avanço do fim da fazenda de café.⁴¹

Dessa forma, como os inventários apresentam, na avaliação das unidades, os diferentes tipos de terra discriminados em área e valor, foi-nos possível agregar a área dos diferentes tipos de terras e considerá-las isoladamente, o que permitiu uma avaliação da participação de cada tipo na área total -constituída, por sua vez, pela adição das áreas de todos os tipos no espaço de uma década. A variação proporcional de cada tipo no correr do período 1880/1929 (os inventários da década de 1870/79 não traziam informações seguras a ponto de podermos incluí-las na amostra) muito vai revelar, vale repetir, das condições gerais da produção e re-produção da estrutura agroexportadora de Juiz de Fora no período discriminado. O resultado deste arranjo se encontra na tabela de número 13.

Tabela 13.
Classificação e Evolução das Terras nas Unidades Produtivas de Juiz de Fora
1880/1929
(área em alqueires)

DÉCADA	PASTO	%	MATA	%	CAP.	%	CAFEZAL	%	OUTRAS	%	TOTAL
1880/89	102	6,03	643	38,02	126	7,45	432	25,54	388	22,94	1.691
1890/99	415	25,68	396	24,50	309	19,12	437	27,04	59	3,65	1.616
1900/09	819	35,73	658	28,70	53	2,31	444	19,37	318	13,87	2.292
1910/19	1.109	50,15	357	16,14	223	10,08	519	23,47	03	0,13	2.211
1920/29	807	78,80	24	2,34	28	2,73	160	15,62	05	0,48	1.024

FONTE: Inventários - Juiz de Fora - 1880/1929.

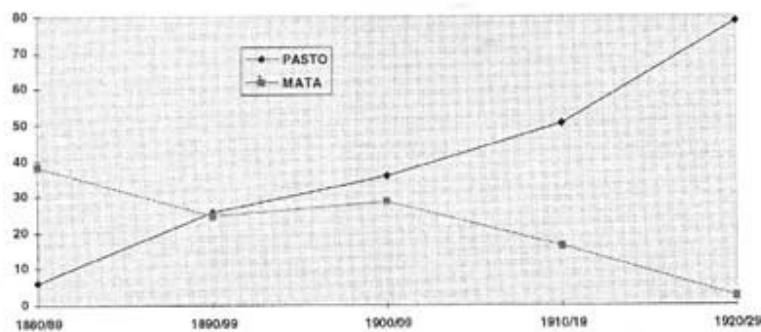
OBS: Não foram incluídas as terras sem classificação

Algumas observações podem ser feitas em relação à tabela 13, referentes não só às condições da produção como também ao movimento da reprodução da estrutura agroexportadora de Juiz de Fora no período 1880/1929. Em primeiro lugar deve ser notado, to-

41 FRAGOSO, J. Op. cit., p. 79.

mando-se como referência o conjunto do período, que o movimento geral de re-produção da estrutura produtiva da economia agroexportadora local se torna patente tanto pela diminuição da área em matas (de aproximadamente 40% na década de 1880/89 para pouco mais de 2% na década de 1920/29) quanto pela elevação da área em pastos (de pouco mais de 6% na primeira década para quase 80% na última - gráfico 8), movimento que resulta, necessariamente, de um sistema agrário cuja lógica se traduz na ausência de dispêndio de trabalho na recuperação dos solos esgotados (pastos) e na sua substituição pela mera incorporação de terras virgens (matas) para a manutenção ou ampliação da produção, ou seja, para a realização do processo de reprodução em sua forma simples ou ampliada⁴².

Gráfico 8.
Evolução Proporcional da Área em Pastos e Matas
Juiz de Fora
1850/1929



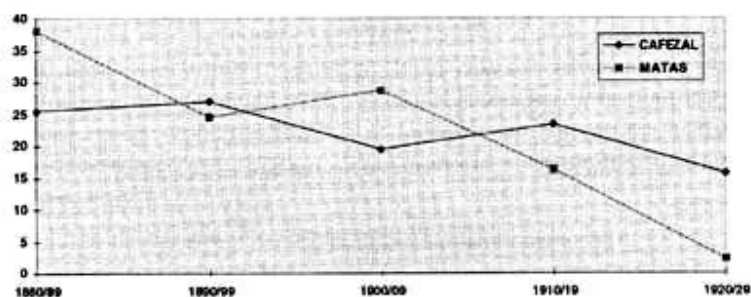
42 Id. Ib.

Em segundo lugar, pode-se perceber, nitidamente, um "desaquecimento" do processo geral de reprodução da economia agroexportadora local durante a década de 1900/09, que de acordo com nossa periodicidade, engloba, em toda sua extensão, o período "áureo" da crise dos preços de 1898/1910. Concretamente, o impacto da crise se torna particularmente visível tanto pela diminuição da área ocupada com o cafezal no interior das unidades (que de uma média de 27% na década de 1890/99 cai para 19% na década de 1900/09), quanto pela tendência à "estabilização" da área em matas -cuja crescente redução, presente no conjunto do período, constitui uma forte evidência de realização do processo de reprodução nas unidades.

Por outro lado, existem indícios de recuperação da economia agroexportadora local durante a década de 1910/1919, que, como vimos, inaugura um período altamente favorável para o setor, com uma significativa elevação dos preços do café que vai se estender até o final da década de 1920. Pelos dados da tabela número 30 esta conjuntura se reflete tanto na elevação proporcional da área em cafezal (23,47% contra 19,37% da década anterior) quanto pela diminuição da mesma participação referente à área em matas (de 28,70% para 16,14% entre as duas décadas), indicando uma retomada do movimento geral de reprodução por parte das unidades produtivas e marcando, pelo menos em relação à década aqui em referência, uma superação das condições adversas predominantes no decênio imediatamente anterior, situação que, no mais, vai ao encontro do comportamento da produção do estado⁴³. O fato de restar, na década de 1910/19, em média cerca de 16% de área em matas no interior das fazendas indica que há condições de realização do movimento de reprodução ampliada por parte das unidades produtivas locais ainda nesta década (ver gráfico 9).

43 Ver "O Café no Segundo...", p. 653.

Gráfico 9.
Evolução Proporcional da Área Média
em Cafezal e Matas - Juiz de Fora
1880/1929



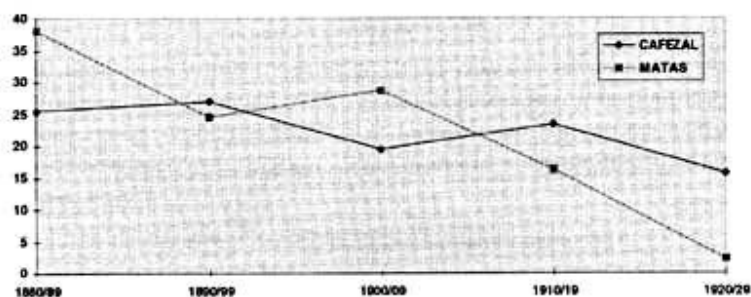
Tanto o impacto da crise do início do século quanto a retomada da economia agroexportadora local a partir da década de 1910/19 podem ainda ser confirmadas pela média do número de pés de café existentes nas fazendas produtoras de Juiz de Fora dentro do mesmo período (tabela 14). Esta média sofre entre as décadas de 1890/99 e 1900/09 uma redução de aproximadamente 15% (de 91.662 para 77.973 pés/unidade), para, na década seguinte, sofrer uma elevação de 53,16% (saltando para 119.374) o que, evidentemente, confirma a análise anterior.

Tabela 14.
Número Médio de Pés de Café por Unidade
Juiz de Fora
1880/1929

DÉCADA	Nº PÉS TOTAL	Nº UNID.	Nº PÉS/UNID.
1880/89	1.808.912	14	129.208
1890/99	1.558.254	17	91.662
1900/09	1.558.740	20	77.937
1910/19	1.432.488	12	119.374
1920/29	781.686	18	43.427

FONTE: Inventários - Juiz de Fora - 1880/1929.

Gráfico 9.
Evolução Proporcional da Área Média
em Cafezal e Matas - Juiz de Fora
1880/1929



Tanto o impacto da crise do início do século quanto a retomada da economia agroexportadora local a partir da década de 1910/19 podem ainda ser confirmadas pela média do número de pés de café existentes nas fazendas produtoras de Juiz de Fora dentro do mesmo período (tabela 14). Esta média sofre entre as décadas de 1890/99 e 1900/09 uma redução de aproximadamente 15% (de 91.662 para 77.973 pés/unidade), para, na década seguinte, sofrer uma elevação de 53,16% (saltando para 119.374) o que, evidentemente, confirma a análise anterior.

Tabela 14.
Número Médio de Pés de Café por Unidade
Juiz de Fora
1880/1929

DÉCADA	Nº PÉS TOTAL	Nº UNID.	Nº PÉS/UNID.
1880/89	1.808.912	14	129.208
1890/99	1.558.254	17	91.662
1900/09	1.558.740	20	77.937
1910/19	1.432.488	12	119.374
1920/29	781.686	18	43.427

FONTE: Inventários - Juiz de Fora - 1880/1929.

Por fim uma última, mas nem por isso menos importante, observação referente à tabela 13 e que diz respeito à localização da crise da estrutura agroexportadora de Juiz de Fora. Como já tivemos oportunidade de afirmar, a década de 1890/99 tanto pelo fato de marcar a transferência do eixo fundamental da produção cafeeira para a área norte/nordeste da região, quanto pelo fato de corresponder a uma média no interior das unidades produtivas de cerca de 40% de terras já inviabilizadas para o processo de reprodução econômica, parece delimitar o início do estado de degradação da economia agroexportadora de Juiz de Fora, o que não quer dizer, vale repetir, que a produção apresente necessariamente um movimento de estagnação ou decréscimo em termos absolutos, situação que a própria "retomada" do movimento da reprodução na década de 1910/19 parece confirmar.

É na década de 1920/29 que as condições objetivas da produção parecem configurar uma situação de crise da estrutura agroexportadora de Juiz de Fora⁴⁴ -definida pela impossibilidade de realização do movimento de reprodução determinada pelo esgotamento absoluto das matas e que vai resultar na inviabilização da própria economia agroexportadora local. É nesta década que, por um lado, a área em pastos atinge cerca de 80% da área média total das unidades, ao mesmo tempo que a área em matas se reduz a 2%, o que vai se traduzir, sempre de acordo com a lógica do sistema de uso extensivo do solo, numa absoluta impossibilidade de realização do movimento de reprodução da estrutura agroexportadora do município. Por outro lado, como consequência desta situação, a área em cafezal se reduz a aproximadamente 15% da área média das unidades (contra os 23% da década anterior), a menor participação de todo o período. No que diz respeito ao número médio de pés por unidade (tabela 14), a redução é de cerca de 63,62%, caindo de 119.374 pés por unidade na década de 1910/19 para apenas 43.427 na década de 1920/29, um sintoma evidente da desaceleração do processo de reprodução e acumulação agroexportadoras, particularmente significativo se tivermos em mente que os preços do café entre 1919 e 1925 sofrem uma elevação de 127,38% (tabela 20).

⁴⁴ "Por volta de 1920 as melhores terras virgens foram se esgotando; mas, como nessa época os preços do café tornaram-se altamente remuneradores, todas as áreas da fazenda eram aproveitadas, até que praticamente as matas desapareceram e, com elas, os cafezais nossos foram sumindo (...) é praticamente na terceira década do século que a vida rural de Juiz de Fora entra na fase de tristeza e melancolia. E, talvez coincidentemente com a crise universal da época (...)" FILHO, J.P. *Aspectos da Vida Rural de Juiz de Fora*. 1 ed. Juiz de Fora, 1973, p. 27. Ver também "O Café no Segundo..." p. 653.

Para nós é significativo que o período de crise da economia cafeeira de Juiz de Fora só venha a se configurar na segunda década do século XX. Em primeiro lugar esta situação vai indicar que se as condições da produção agroexportadora se apresentaram favoráveis até esta década num município como o de Juiz de Fora - um dos mais representativos da área de ocupação mais antiga e, portanto, potencialmente mais adversa à cultura cafeeira- estas mesmas condições vão se apresentar no mínimo tão favoráveis naquela área de ocupação mais recente, o que garante as possibilidades de reprodução da estrutura agroexportadora para o conjunto da região da zona da Mata até praticamente o final do período da análise. Em segundo lugar, e principalmente, a realização do movimento de reprodução econômica da estrutura agroexportadora vai assegurar a efetivação do processo de acumulação do capital gerado no núcleo produtivo mais importante do sistema econômico regional - imprescindível na determinação da renda e do excedente em seu interior - garantindo, por sua vez, as condições fundamentais da dinâmica deste sistema considerado em sua totalidade.

A percepção da manutenção das condições de reprodução e de dinâmica econômica no núcleo produtivo da economia agroexportadora da zona da Mata⁴⁵ pode alterar o ponto de partida da análise dos vários aspectos relativos ao universo da transição capitalista na região. Sendo este universo determinado, em última análise, pelas possibilidades econômicas originadas na produção agroexportadora, podemos enfocá-la a partir de outra perspectiva, frontalmente contrária àquela que tem predominado na historiografia relativa ao tema e à região. Sob este ponto de vista, a economia cafeeira da Mata de Minas teria criado condições efetivas para o avanço da modernização capitalista nos vários vetores em que ocorreu (estruturação do mercado de trabalho livre, diversificação econômica, industrialização, investimento e comportamento econômico da aristocracia rural, poder político das elites locais etc.), mesmo que com limites que se evidenciam principalmente quando comparamos com aquelas condições originadas em outras regiões de produção agroexportadora.⁴⁵

⁴⁵ O predomínio do processo de acumulação do capital cafeeiro na determinação da dinâmica econômica do sistema regional pode ser aquilutado pelos dados disponíveis sobre a produção agrícola da região por volta de 1920. Neles podemos perceber que a área dedicada à cafeicultura constitui a significativa maioria do conjunto da área cultivada nos principais municípios da Zona da Mata: só para dar alguns exemplos, em Juiz de Fora esta proporção atinge 64,45%, em Leopoldina 65,12; Carangola 71,01; Muriaé 73,56; Ubá 64,44 e Cataguases 72,18%. MINAS GERAIS. Minas Segundo o Recenseamento de 1920. Secretaria de Agricultura, Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 1924, pp. 174-178.